

Direito Ambiental

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Selecionada/ Áreas do Direito

Data da atualização: 11.02.2019

| Legislação Federal | |
|--|---|
| Legislação | Ementa |
| <u>Lei Federal nº 13.668, de 28 de maio de 2018</u> | Altera as Leis nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, e nº 9.985, de 18 de julho de 2000, para dispor sobre a destinação e a aplicação dos recursos de compensação ambiental e sobre a contratação de pessoal por tempo determinado pelo Ibama e pelo Instituto Chico Mendes. |
| <u>Decreto Federal nº 9.308, de 15 de março de 2018</u> | Dispõe sobre a definição das metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis de que trata a Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017. |
| <u>Lei Federal nº 13.186, de 11 de novembro de 2015</u> | Institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável. |
| <u>Lei Federal nº 13.156, de 4 de agosto de 2015</u> | Altera a redação do § 2º do art. 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências. |
| <u>Decreto nº 8.437, de 22 de abril de 2015</u> | Regulamenta o disposto no art. 7º, caput, inciso XIV, alínea "h", e parágrafo único, da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para estabelecer as tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União. |
| <u>Lei Federal nº 13.052, de 8 de dezembro de 2014</u> | Altera o art. 25 da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências, para determinar que animais apreendidos sejam libertados prioritariamente em seu habitat e estabelecer condições necessárias ao bem-estar desses animais. |
| <u>Lei Federal nº 12.727, de 17 de outubro de 2012</u> | Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2º do art. 4º da Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012. (Medida Provisória nº 571, de 25 de maio de 2012) |

Direito Ambiental

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Selecionada/ Áreas do Direito

| | |
|--|---|
| | |
| <u>Lei Federal nº 12.725, de 16 de outubro de 2012</u> | Dispõe sobre o controle da fauna nas imediações de aeródromos. |
| <u>Decreto Federal nº 7.719, de 11 de abril de 2012</u> | Altera o art. 152 do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações. |
| <u>Decreto Federal nº 7.640, de 9 de dezembro de 2011</u> | Altera o art. 152 do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações. |
| <u>Decreto Federal nº 7.497, de 9 de junho de 2011</u> | Dá nova redação ao artigo 152 do <u>Decreto nº 6.514</u> , de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações. |
| <u>Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010</u> | Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. |
| <u>Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008</u> | Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. |
| <u>Decreto Federal nº 6.321, de 21 de dezembro de 2007</u> | Dispõe sobre ações relativas à prevenção, monitoramento e controle de desmatamento no Bioma Amazônia, bem como altera e acresce dispositivos ao Decreto no 3.179, de 21 de setembro de 1999, que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. |
| <u>Lei Federal nº 11.284, de 2 de março de 2006</u> | Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável e institui o Serviço Florestal Brasileiro. |
| <u>Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000</u> | Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, e dá outras providências. |
| <u>Decreto Federal nº 3.179, de 21 de setembro de 1999</u> (Revogado pelo Decreto nº 6.514, de 2008) | Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio-ambiente, e dá outras providências. |
| <u>Lei Federal nº 9.605, de 12 de</u> | Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras |

Direito Ambiental

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

| | |
|--|---|
| <u>fevereiro de 1998</u> | providências. |
| <u>Decreto Federal nº 99.274, de 6 de junho de 1990</u> | Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. |
| <u>Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985</u> | Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor etc. |
| <u>Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981</u> | Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências. |
| <u>Lei Federal nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967</u> | Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. |

Legislação Estadual

| Legislação | Ementa |
|--|--|
| <u>Lei Estadual nº 8298, de 21 de janeiro de 2019</u> | Altera a Lei 4191 de 2003 que estabelece a política estadual de resíduos sólidos, definindo normas para disposição de resíduos sólidos em área de aquífero. |
| <u>Lei Estadual nº 8145, de 29 de outubro 2018</u> | Altera a Lei Estadual nº 3.900, de 19 de julho de 2002, que instituiu o Código de Proteção aos Animais no âmbito do Estado do Rio de Janeiro |
| <u>Lei Estadual nº 3.900, de 19 de julho de 2002</u> | Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. |
| <u>Lei Estadual nº 8038, de 02 de julho de 2018</u> | Cria o programa de logística reversa de resíduo eletrônico no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. |
| <u>Lei Estadual nº 7.973, de 23 de maio de 2018</u> | Altera a lei nº 3.325, de 17 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a política estadual de educação ambiental, cria o Programa Estadual de Educação Ambiental e complementa a Lei Federal nº 9.795/99 no âmbito do estado do Rio de Janeiro. |
| <u>Lei Estadual nº 7845, de 10 de janeiro de 2018</u> | Altera a Lei nº 6908/2014 que dispõe sobre procedimentos de manejo de passeriformes da fauna silvestre nativa para todas |

Direito Ambiental

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

| | |
|---|--|
| | <p>as etapas relativas às atividades de criação, reprodução, manutenção, treinamento, exposição, transporte, transferência, aquisição, guarda, depósito, utilização e realização de eventos a serem observados dentro das políticas de controle e manejo de competência do Instituto Estadual Ambiental INEA, para a criação amadora de passeriformes nativos no Estado do Rio de Janeiro.</p> |
| <p><u>Lei Estadual nº 7549, de 06 de abril de 2017</u></p> | <p>Estabelece princípios, fundamentos e diretrizes para a educação, o desenvolvimento de capacidades, a mobilização social e a informação para a gestão integrada de recursos hídricos no sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos.</p> |
| <p><u>Lei Estadual nº 7543, de 29 de março de 2017</u></p> | <p>Dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Reintrodução de Aves da Fauna Brasileira em vias de extinção no seu ambiente natural no Estado do Rio de Janeiro.</p> |
| <p><u>Lei Estadual nº 7313, de 14 de junho 2016</u></p> | <p>Dispõe sobre o descarte e coleta dos filtros de cigarros para reciclagem e dá outras providências.</p> |
| <p><u>Lei Estadual nº 7307, de 09 de junho 2016</u></p> | <p>Dispõe sobre a utilização de energia solar e captação de água da chuva, em arenas e estádios esportivos, no estado do Rio de Janeiro.</p> |
| <p><u>Lei Estadual nº 7061, de 25 de setembro de 2015</u></p> | <p>Altera as Leis nº 6.572, de 31 de outubro de 2013 e nº 6.371/2012, de 27 de dezembro de 2012 e dá outras providências.</p> |
| <p><u>Lei Estadual nº 6783, de 22 de maio de 2014</u></p> | <p>Dispõe sobre a pesquisa e a utilização de plantas nativas da flora do Estado do Rio de Janeiro.</p> |
| <p><u>Lei Estadual nº 6643, de 19 de dezembro de 2013</u></p> | <p>Isenta o cidadão do pagamento de taxas referentes a emissão de segunda via de documentos pessoais danificados ou destruídos devido a desmoronamentos, deslizamentos, enchentes ou catástrofes naturais no Estado do Rio de Janeiro.</p> |
| <p><u>Lei Estadual nº 6632, de 16 de dezembro de 2013.</u></p> | <p>Institui o programa "Rio é limpeza" em áreas e logradouros públicos, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, com base na Lei 3009, de 31 de julho de 1998, conforme especifica.</p> |
| <p><u>Emenda Constitucional Estadual nº 48, de 04 de julho de 2011</u></p> | <p>Fixa o valor da participação do Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM na compensação financeira a que se refere o parágrafo 1º, do art. 20, da <u>Constituição da República</u> em vigor, relativamente ao petróleo e gás extraído da camada do</p> |

Direito Ambiental

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada/ Áreas do Direito

pré-sal.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento
Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento da
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br